



Estratégia
Concursos

1º SIMULADO

TJRJ

TÉCNICO JUDICIÁRIO



Simulado Especial

1º Simulado TJ-RJ – Técnico Judiciário

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da TJ_RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-Judiciário-19-01>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

01. A globalização da economia, abrangendo a internacionalização da produção, o incremento do comércio e a absorção de tecnologia, é um processo que tem gerado discussões no âmbito acadêmico e empresarial, além de implicar novos desafios para os Estados Nacionais.

A reestruturação produtiva decorrente implica profundas transformações tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento. A indústria tem o seu perfil alterado, com a crescente participação dos investimentos diretos estrangeiros, impulsionados em grande parte pelas fusões e aquisições, a privatização, e o aumento do coeficiente de comércio externo no produto. O setor de serviços ganha nova dimensão, tanto pelo peso crescente na pauta de exportações dos países, quanto ao seu papel nas novas formas de geração de riqueza.

O Brasil, nesse contexto, convive simultaneamente com o impacto das transformações de âmbito internacional e o processo de estabilização da economia. Ambos afetam significativamente o desempenho econômico e o complexo produtivo, implicando novos e grandes desafios para a política econômica e a atuação das empresas.

O texto lido pode ser classificado predominantemente como:

- a) Descritivo-expositivo
- b) Narrativo-opinativo
- c) Dissertativo-expositivo
- d) Dissertativo-opinativo
- e) Narrativo-descritivo

02. Assinale a alternativa em que a palavra grifada tem sua classe gramatical indicada corretamente:

- a) “...mais empolgados do que seus irmãos.” – pronome indefinido.
- b) “...estamos todos bastante emocionados ultimamente.” – pronome indefinido;
- c) “...todos podem garantir que o plano será bem sucedido...” – pronome relativo;
- d) “...mais empolgada será a discussão entre eles.” – pronome pessoal reto;
- e) “Só acredite no que puder provar” – pronome demonstrativo

03. Apresenta correção gramatical o emprego de ambas as expressões sublinhadas na frase:

- a) De tudo aquilo que não desejamos costumamos atribuir o sentido de uma conquista à qual não queremos abrir mão.
- b) É preferível estudar o conteúdo mais importante do que desesperar-se em cumprir tarefas em que quase não desfrutará.
- c) O rapaz, cujo o esforço foi recompensado, não hesitou em buscar novos objetivos em que fosse bem-sucedido.
- d) A precisão da qual se pretende identificar o sentido de uma palavra depende muito do valor de contexto a que lhe atribuímos.
- e) As inovações tecnológicas de cujo benefício todos se aproveitam representam, efetivamente, o avanço a que se costuma chamar progresso.

04. Assinale a alternativa em que a palavra destacada seja classificada como advérbio.

- a) “... apresenta de mais talento...”
- b) “... ela veio sem nenhum esforço...”
- c) “... conforme admite o diretor da empresa...”
- d) “Nada diferente do que ele vem estudando todos os dias...”
- e) “... recebia muita atenção em comparação aos demais alunos...”

05. Assinale a alternativa que apresente uma composição estrutural de substantivos e adjetivos diferente em relação às demais alternativas:

- a) “crise econômica alarmante e crescente”;
- b) “uma família estruturada e cada vez maior”;
- c) “análise objetiva e criteriosa”;
- d) “um pai ausente e alheio aos acontecimentos”;
- e) “velhos hábitos e desejos”.

06. “Se rescindir o contrato, nos veremos no tribunal.” Assinale a alternativa em que a alteração da fala acima tenha sido feita em consonância com a norma culta.

- a) Rescinde o contrato, e te verei no tribunal.
- b) Rescindi o contrato, e o verei no tribunal.
- c) Rescinda o contrato, e lhe verei no tribunal.
- d) Rescindas o contrato, e te verei no tribunal.
- e) Rescindis o contrato, e vos verei no tribunal.

07. Assinale a alternativa que não mantém a correção gramatical ou o sentido do termo destacado no texto:

“Uma observação mais cuidadosa revela, porém (A), que Ciência e Tecnologia não se comportam como (B) mercadorias, mas (C) como bens culturais; é por isso, talvez, que toda tentativa de transferência de tecnologia fracasse e resulte no (D) que não passa de alguma (E) forma efêmera de prestação de serviço.”:

- a) “porém” / (conquanto);
- b) “como” / (do mesmo modo que);
- c) “mas” / (e sim);
- d) “no” / (naquilo);
- e) “alguma” / (uma)

08. Mais do que uma melhor infraestrutura para o aluno, a escola oferece também mais suporte por parte dos professores.

As palavras melhor e mais, destacadas, classificam-se, respectivamente, como:

- a) advérbio e advérbio;
- b) adjetivo e advérbio;
- c) adjetivo e pronome;
- d) advérbio e pronome;
- e) advérbio e adjetivo.

09. Entre as alternativas a seguir, assinale aquela que mantém a correção gramatical e o sentido do trecho em destaque:

“A aventura pode ser louca, mas o aventureiro tem de ser lúcido.” (Chesterton)

- a) Já que a aventura é louca, o aventureiro tem de ser lúcido.
- b) Visto que a aventura é louca, o aventureiro tem que ser lúcido.
- c) Caso a aventura seja louca, o aventureiro tem de ser lúcido.
- d) Embora a aventura seja louca, o aventureiro tem que ser lúcido.
- e) Se a aventura é louca, o aventureiro tem de ser lúcido.

10. “...para ensinar-lhe o necessário...”; o pronome pessoal não está adequadamente colocado em:

- a) Quer-lhe-ia desejar toda a felicidade do mundo.
- b) Não desejo entregar-lhe o envelope.
- c) Nunca me trate dessa maneira.
- d) Em o desejando, basta solicitar o documento.
- e) Fi-lo porque o quis.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. A negação da proposição “Penso logicamente e não aprendo Raciocínio Lógico” é equivalente à proposição

- a) Não penso logicamente e aprendo Raciocínio Lógico.
- b) Não penso logicamente ou não aprendo Raciocínio Lógico.
- c) Penso logicamente ou aprendo Raciocínio Lógico.
- d) Se penso logicamente, então não aprendo Raciocínio Lógico.
- e) Se não aprendo Raciocínio Lógico, então não penso logicamente.

12. Em uma pesquisa com 85 alunos do Estratégia quanto ao consumo dos produtos X, Y e Z, constatou-se que:

- O mesmo número de alunos compra o produto X, o produto Y e o produto Z;
- 22 alunos compram X e Y;
- 23 alunos compram X e Z;
- 21 alunos compram Y e Z;
- 15 alunos compram X, Y e Z;
- 16 alunos não compram nenhum dos produtos.

Quantos alunos compram unicamente o produto X?

- a) 9
- b) 10
- c) 11
- d) 12
- e) 13

13. Certo dia, do total de aulas transmitidas pelo canal do Estratégia no Youtube, sabe-se que $\frac{2}{5}$ transcorreram das 8:30 às 12 horas e $\frac{1}{3}$ das 14 às 17 horas. Se no período da noite foram realizadas 12 transmissões de aulas, qual o total de aulas transmitidas pelo Estratégia no Youtube nesse dia?

- a) 30
- b) 36
- c) 45
- d) 48
- e) 54

14. No refeitório do TJ-RJ, em um dado momento, o número de mulheres correspondia a 45% do de homens. Logo depois, 20 homens e 3 mulheres retiraram-se do refeitório e, simultaneamente, lá adentraram outros 5 homens e 10 mulheres, ficando, então, o número de mulheres igual ao de homens. Nessas condições, o total de pessoas que havia inicialmente nesse refeitório é

- a) 56
- b) 58
- c) 60
- d) 62
- e) 64

15. Dudu recebeu oito relatórios sobre projetos em andamento no Estratégia e precisa guardá-los em duas caixas diferentes. Se Dudu quer colocar pelo menos um relatório em cada caixa, o número de maneiras distintas que Dudu pode distribuir os relatórios nas caixas é

- a) 16
- b) 64
- c) 254
- d) 256
- e) 512

16. Considere as frases ditas por Thiago, Renato e Sérgio.

Thiago diz: Renato é alto.

Renato diz: Thiago mentiu.

Sérgio diz: Renato mentiu.

Sabe-se que um, e apenas um deles, não falou a verdade. Desta maneira, é possível concluir corretamente que

- a) Renato não é alto e Thiago mentiu.
- b) Renato é alto e Thiago mentiu.
- c) Renato não é alto ou Sérgio mentiu.
- d) Renato é alto ou Sérgio mentiu.
- e) Renato não é alto e Renato mentiu.

17. Um lojista adquiriu uma mercadoria por R\$ 350,00. Para determinar o preço de venda desse produto em sua loja, o lojista decidiu que o valor deveria ser suficiente para dar 30% de desconto sobre o preço de venda e ainda assim garantir lucro de 20% sobre o preço de compra. Nessas condições, o preço que o lojista deve vender essa mercadoria é igual a

- a) R\$ 620,00.
- b) R\$ 580,00.
- c) R\$ 600,00.

d) R\$ 590,00.

e) R\$ 610,00.

18. Guilherme e Brunno disputam um jogo, um contra o outro, sendo que a cada jogada o dinheiro que um perde é equivalente ao que o outro ganha. De início, Guilherme tem o dobro do dinheiro de Brunno para apostar. Depois de algumas partidas, Guilherme perdeu R\$ 400,00 e, nessa nova situação, Brunno passou a ter o dobro do dinheiro de Guilherme. No início desse jogo, Guilherme e Brunno tinham, juntos, para apostar um total de

- a) R\$ 1.200,00.
- b) R\$ 1.100,00.
- c) R\$ 1.250,00.
- d) R\$ 1.150,00.
- e) R\$ 1.050,00.

DIREITO CONSTITUCIONAL

19. Determinada ação popular contra o Procurador-Geral da República foi autuada no Supremo Tribunal Federal. Considerando as disposições constitucionais relacionadas às competências da Suprema Corte, bem como o posicionamento jurisprudencial a respeito, a referida ação:

- a) Não deverá ser conhecida, uma vez que, no tocante às ações populares, o STF possui competência originária apenas em relação aos seus próprios ministros.
- b) Deverá ser processada e julgada, uma vez que o STF detém competência originária para julgar quaisquer ações contra autoridades sujeitas à sua jurisdição.
- c) Não deverá ser conhecida, uma vez que a competência do STF para a ação em questão se verifica apenas em grau de recurso, contra decisão denegatória proferida em única instância pelos Tribunais Superiores.
- d) Não deverá ser conhecida, uma vez que se trata de julgamento de infração político-administrativa, a ser realizado pelo Senado Federal.
- e) Não deverá ser conhecida, uma vez que as competências originárias do STF são estabelecidas de forma taxativa pela CF/88 e não incluem o julgamento de ações populares.

20. Considerando as regras estabelecidas pela Constituição a respeito da composição do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) A escolha dos 15 membros do CNJ deverá ser feita pelo Presidente, submetendo-se à posterior aprovação do Senado federal.
- b) O Procurador-geral da República, nessa qualidade, jamais poderá integrar o Conselho.
- c) O Ministro da Suprema Corte será indicado pelo próprio STF para integrar o CNJ.
- d) Haverá um juiz federal na composição do Conselho, indicado pelo TRF respectivo.
- e) O Ministro-Corregedor, membro nato do CNJ, será proveniente do STJ.

21. Suponha que o Governador do Estado do Rio de Janeiro tenha cometido o crime de homicídio. De acordo com o que determina o texto constitucional, tal crime deverá ser julgado:

- a) Pelo STJ, caso assim disponha a Constituição do Estado.
- b) Pelo Tribunal do Júri, ainda que a Constituição Estadual tenha atribuído foro privilegiado ao Governador, perante o STJ.
- c) Pelo Tribunal de Justiça respectivo, caso haja disposição, nesse sentido, na Constituição do Estado.
- d) Pelo STJ, por expressa determinação constitucional.
- e) Pelo Tribunal do Júri, por ausência de previsão constitucional de foro especial destinado a autoridades estaduais.

22. Suponha que Joana tenha gravado conversa telefônica com Paulo, seu ex-marido, em que este ameaça matá-la. Em eventual processo criminal, a referida gravação:

- a) Não poderá ser aproveitada, já que provas ilegítimas somente serão admitidas em caso de legítima defesa.
- b) Constituirá prova maculada pelo vício da ilicitude, não podendo ser convalidada.
- c) A referida gravação telefônica será considerada prova lícita.
- d) De acordo com a Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada, terá o condão de contaminar todo o processo, já que se trata de prova ilícita.
- e) Constitui prova ilícita, sendo assim consideradas, também, todas as demais dela decorrentes, por derivação.

23. No que diz respeito às competências comuns, elencadas no artigo 23 da Constituição Federal, assinale a alternativa que contém uma afirmação verdadeira:

- a) São competências materiais que, assim como as legislativas concorrentes, refletem a técnica da repartição vertical de atribuições entre os entes da federação.
- b) São produto da técnica horizontal de repartição de competências, em que se verifica a ausência de hierarquia entre os entes federados.
- c) São o reflexo da adoção de um federalismo dual, baseado no equilíbrio e na atuação conjunta entre as pessoas políticas.
- d) Em caso de colisão de interesses, prevalecerá a competência do ente mais abrangente, no caso, a União.
- e) Lei Ordinária Federal cuidará de normatizar o exercício das atividades por parte dos entes, de forma a harmonizar interesses conflitantes.

24. A EC 103/19 trouxe diversas alterações em relação às regras para a aposentadoria dos servidores públicos. Como consequência dessa reformulação, tem-se que:

- a) Os ocupantes de mandatos eletivos, de qualquer esfera federativa, estarão, obrigatoriamente, sujeitos ao Regime Próprio de Previdência Social.
- b) Cada Poder, dentro de cada unidade federativa, deverá adotar um único Regime Previdenciário.
- c) A idade mínima para aposentadoria voluntária, prevista na CF/88, aplica-se apenas aos servidores da União, podendo os Estados e Municípios adotarem requisitos próprios nesse aspecto.
- d) Os Estados e Municípios que, a partir da publicação da mencionada Emenda Constitucional, optarem pela adoção do regime Próprio deverão, obrigatoriamente, instituir Regime de Previdência Complementar.
- e) Restou terminantemente proibida a concessão de aposentadoria especial, em todas as esferas da federação.

25. Manoel, cidadão português, reside no Brasil há 14 anos ininterruptos e possui idoneidade moral. Conforme o que estabelece a Constituição Federal, é possível concluir que Manoel:

- a) Será automaticamente considerado naturalizado, ao completar 15 anos ininterruptos no Brasil.
- b) Não poderá optar pela naturalização, uma vez que já usufruiu dos direitos atribuídos aos brasileiros natos.
- c) Poderá requerer, desde já, a nacionalidade brasileira, não podendo ser extraditado caso venha a obtê-la e, em seguida, cometer crime comum.
- d) Poderá adquirir a nacionalidade secundária, prevista em rol taxativo na Constituição.
- e) Possui direito subjetivo à obtenção da nacionalidade originária, caso cumpridos os requisitos para a sua aquisição.

26. Em relação ao direito à previdência social, é correto afirmar que:

- a) É um direito de primeira dimensão, relativo à seguridade.
- b) É um direito de segunda dimensão, cuja aplicação é imediata.
- c) Trata-se de norma de eficácia plena, que independe de regulamentação para que possa ser exigido.
- d) Não possui eficácia jurídica imediata.
- e) Constitui cláusula pétrea expressa da Constituição, sendo albergado na garantia da proibição do retrocesso.

DIREITO ADMINISTRATIVO

27. Tomando por base os entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF) no tocante ao regime jurídico administrativo, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Viola a Constituição Federal a nomeação do irmão de desembargador de justiça, para exercício de cargo em comissão no respectivo tribunal, mesmo se não restar comprovado qualquer vínculo de amizade ou troca de favores entre eles.
- b) É prescindível a autorização legislativa para alienação do controle acionário de subsidiárias de empresas públicas.
- c) O ordenamento jurídico prevê que, ao atingir 75 anos de idade, o servidor público deve ser compulsoriamente aposentado, embora tal regra geral não se aplique aos ocupantes de cargo em comissão.
- d) Por força do princípio da razoabilidade, é direito subjetivo dos servidores públicos a revisão geral

anual em seus vencimentos, cuja violação gera direito à indenização.

- e) O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros, resguardado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.

28. Quanto à disciplina dos órgãos públicos, assinale a alternativa correta:

- a) Órgãos superiores são aqueles situados imediatamente abaixo dos órgãos primários, razão pela qual participam da formulação das políticas públicas e gozam de ampla autonomia administrativa, financeira e técnica.
- b) Órgãos públicos de estatura constitucional, embora reconhecidamente despersonalizados, em regra possuem capacidade para postular em juízo a defesa de suas prerrogativas próprias.
- c) Órgãos públicos são estruturas jurídicas que resultam do fenômeno da desconcentração, razão pela qual são incompatíveis com a administração indireta.
- d) A teoria do órgão fundamenta a imputação da conduta do agente público ao Estado, a partir do raciocínio de que aquele é mandatário da pessoa jurídica.
- e) Os bens públicos utilizados pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em regra encontram-se sob seu patrimônio próprio.

29. Quanto à disciplina dos poderes da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) O Poder hierárquico, arvorado nas relações de subordinação, permite à Administração ordenar e rever a atuação de seus agentes e dos particulares sujeitos à sua disciplina interna.
- b) O Superior Tribunal de Justiça tem considerado que os atos de polícia relativos ao consentimento e à fiscalização são delegáveis a empresas estatais.
- c) Nas sentenças judiciais dirigidas ao Poder Legislativo impedindo o avanço de determinada proposição legislativa, resta clara a hierarquia em relação ao Poder Judiciário.
- d) O exercício do poder disciplinar não comporta juízo discricionário.
- e) A fiscalização exercida sobre pessoas físicas pelos conselhos de fiscalização profissional, a exemplo do Conselho Regional de Medicina e de Odontologia, representa clara manifestação do poder disciplinar.

- 30.** A respeito dos atos administrativos, avalie as assertivas abaixo e marque a correta:
- a) Autoexecutoriedade é o atributo pelo qual os efeitos dos atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.
 - b) A utilização de meios diretos de coerção diz respeito à exigibilidade dos atos administrativos.
 - c) Uma vez questionada a legitimidade de Certidão de Dívida Ativa emitida pelo poder público, este terá o prazo de trinta dias para fazer prova de sua juridicidade.
 - d) A partir da teoria da aparência, são considerados válidos os atos praticados por usurpador de função pública.
 - e) A tipicidade decorre do princípio da legalidade e afasta a possibilidade da prática de ato totalmente discricionário.
- 31.** Em relação aos agentes públicos, assinale a alternativa correta:
- a) Não subsiste, em qualquer hipótese, direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público fora das vagas previstas em edital.
 - b) Após tornar-se estável, o servidor público só poderá perder o cargo em virtude de decisão judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei ordinária, assegurada ampla defesa.
 - c) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a acumulação de um cargo técnico com outro de professor, inclusive quanto aos militares dos Estados, havendo prevalência da atividade militar.
 - d) Em razão do protagonismo assumido internacionalmente, um empregado da Petrobras que exerce a função de gerente de abastecimento é considerado agente honorífico.
 - e) A acumulação remunerada de cargos, empregos e funções, ainda quando constitucionalmente admitida, não autoriza o ocupante a perceber remunerações cujo somatório exceda o limite previsto no artigo 37, inciso XI, da Magna Carta.

- 32.** Quanto ao regramento legal das empresas estatais, assinale a alternativa correta:
- a) Entre as diferenças que as empresas públicas guardam com as sociedades de economia mista, pode-se indicar a exigência de concurso público para admissão de pessoal, preceito não aplicável às sociedades de economia mista.
 - b) Empresas Públicas são dotadas de personalidade jurídica de direito privado, possuem patrimônio próprio, sendo seu capital pertencente exclusivamente a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e integram a Administração Direta.
 - c) Sociedades de Economia Mista são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, criadas por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e integram a Administração Indireta.
 - d) Sociedades de economia mista estaduais não se sujeitam ao controle exercido pelo respectivo tribunal de contas.
 - e) As empresas públicas podem ser criadas para prestação de serviços públicos, desempenho de atividades de interesse social ou exploração de atividades econômicas.
- 33.** De acordo com preceito contido no §6º do art. 37 da Constituição Federal, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- Assinale a alternativa que apresenta uma excludente da responsabilidade objetiva do Estado:
- a) culpa exclusiva do agente público.
 - b) culpa exclusiva da vítima.
 - c) culpa concorrente entre a vítima e o agente público.
 - d) responsabilidade exclusiva do agente público.
 - e) infortúnio.

34. No que diz respeito ao Estatuto dos servidores públicos civis do Rio de Janeiro, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Prescreverá em dois anos, a falta sujeita às penas de advertência, repreensão, multa ou suspensão.
- b) São penas disciplinares a advertência, a repreensão, a multa e a demissão.
- c) A responsabilidade administrativa resulta de atos ou omissões ocorridas no desempenho do cargo, embora seja viável a responsabilização em razão de condutas praticadas fora do exercício do cargo, quando comprometedores da dignidade e do decoro da função pública.
- d) Tratando-se de dano causado a terceiros por funcionário estadual agindo nessa condição, responderá civilmente o agente público perante a Fazenda Estadual em ação regressiva, a qual deve ser proposta depois de transitar em julgado a decisão de última instância que houver condenado a Fazenda a indenizar o terceiro prejudicado.
- e) Invalidada a demissão do funcionário público efetivo, será ele reintegrado, muito embora não faça jus ao pagamento de indenização.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

35. O regramento acerca do princípio da publicidade dos atos processuais estabelece que:

- a) Nos casos de segredo de justiça, somente será autorizada a presença das partes e seus procuradores.
- b) Todos os julgamentos dos órgãos do Judiciário, sem exceção, serão públicos em obediência à previsão constitucional do princípio da publicidade, positivado no artigo 37 da Carta Magna.
- c) Todos os julgamentos dos órgãos do Judiciário serão públicos, mas alguns poderão ser processados e julgados em segredo de justiça.
- d) Tramitam em segredo de justiça os processos em que o exija o interesse do Estado.
- e) A consulta aos autos de processo que tramita em segredo de justiça é restrita aos procuradores das partes.

36. A jurisdição civil é exercida pelos juízes e tribunais em todo o território nacional. As causas serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência. Sobre esse tema, é correto afirmar:

- a) a competência é determinada no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo relevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, sendo as partes obrigadas a informar ao juízo por petição.
 - b) eventual mudança de domicílio das partes, depois de ajuizada a demanda, altera a competência em respeito ao amplo acesso à justiça.
 - c) a competência é determinada no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
 - d) a competência é determinada observando-se apenas os limites estabelecidos pela Constituição Federal, as normas previstas no Código de Processo Civil e nas constituições dos Estados.
 - e) a competência é determinada observando-se apenas os limites estabelecidos pela Constituição Federal, as normas previstas no Código de Processo Civil, nas constituições dos Estados e nas normas de organização judiciária.
37. A descon sideração da personalidade jurídica, embora presente no ordenamento brasileiro há alguns anos, só foi positivada no Código de Processo Civil em 2015. Sobre o tema, assinale o item incorreto.
- a) o incidente de descon sideração da personalidade jurídica poderá ser instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.
 - b) o pedido de descon sideração da personalidade jurídica observará os pressupostos previstos em lei.
 - c) o disposto no Código de Processo Civil aplica-se também à hipótese de descon sideração inversa da personalidade jurídica.
 - d) a decisão do incidente de descon sideração da personalidade jurídica poderá ser recorrida por apelação, agravo de instrumento ou agravo interno.
 - e) a alienação ou oneração de bens, havida em fraude de execução, será considerada nula em relação ao requerente quando acolhido o pedido de descon sideração.

38. Em relação à liquidação de sentença, de acordo com o Código de Processo Civil, é possível afirmar:

- a) a liquidação poderá ser requerida na pendência de recurso, processando-se em autos apartados, no juízo de origem, cumprindo ao liquidante instruir o pedido com cópias das peças processuais pertinentes.
- b) na liquidação pelo procedimento comum é possível nova discussão da lide ou modificação da sentença que a julgou.
- c) os autos deverão ser remetidos à contadoria judicial quando a apuração do valor depender apenas de cálculo aritmético.
- d) na liquidação pelo procedimento comum, a parte será citada e intimada pessoalmente do requerimento de liquidação de sentença.
- e) caberá apelação da decisão de liquidação de sentença.

39. Considerando o cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa, marque a alternativa incorreta.

- a) O cumprimento definitivo da sentença terá início por requerimento do exequente e o executado será intimado para pagar o débito no prazo de 15 dias, acrescido de custas, se houver.
- b) Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo de 15 dias, o débito será acrescido de multa de 10% e de honorários advocatícios de 10%.
- c) Havendo o pagamento parcial do débito no prazo, a multa e os honorários incidirão sobre o restante.
- d) Não efetuado o pagamento voluntário dentro do prazo, será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação.
- e) Não efetuado o pagamento voluntário dentro do prazo, o executado será intimado da incidência da multa e dos honorários, ambos de 10%, e da expedição do mandado de penhora e avaliação.

40. A apelação é o recurso cabível contra sentença que põe fim à fase de conhecimento ou à execução, não importando se a sentença é definitiva ou terminativa. Sobre essa espécie recursal, assinale a alternativa correta.

- a) O prazo para interposição da apelação é de 15 dias, sem exceções.
- b) O Código de Processo Civil estabeleceu uma nova sistemática para as decisões interlocutórias de modo que as questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação,

eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.

- c) A apelação será recebida com efeito suspensivo automaticamente.
- d) Se o apelado interpuser apelação adesiva, o juiz determinará a formação de recurso incidente.
- e) As questões de fato não propostas no juízo inferior não poderão ser suscitadas na apelação pois não é possível inovar em sede recursal.

41. Sobre os embargos de declaração protelatórios, é correto afirmar:

- a) O juiz ou tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a 5% sobre o valor originário da causa.
- b) O juiz ou tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa que deverá ser superior a 1% e inferior a 10% do valor corrigido da causa.
- c) O juiz ou tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa de até 20% do valor corrigido da causa.
- d) Em caso de reiteração de embargos de declaração protelatórios, a multa será elevada até 10% sobre o valor atualizado da causa e não serão admitidos novos embargos se os dois anteriores houverem sido considerados protelatórios.
- e) Em caso de reiteração de embargos de declaração protelatórios, a multa será elevada até 20% sobre o valor atualizado da causa e não serão admitidos novos embargos se os dois anteriores houverem sido considerados protelatórios.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

42. No que tange aos sujeitos do processo e às citações e intimações, assinale a alternativa correta:

- a) O corréu poderá atuar como assistente de acusação
- b) O assistente de acusação poderá propor meios de prova e requerer perguntas às testemunhas
- c) Não é nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação do Juízo perante o qual tramita o processo
- d) A atuação do membro do MP na fase de investigação gera seu impedimento para o oferecimento da denúncia
- e) A citação por hora certa não tem previsão no CPP

43. Maria foi vítima de um crime de ação penal privada, em tese praticado por José. O fato ocorreu no dia 10.06.2019, mas Maria só teve ciência da autoria delitiva em 15.09.2019. Neste caso, é correto afirmar que Maria poderá ajuizar queixa-crime no prazo de:

- a) 06 meses, a contar da ciência da autoria
- b) 06 meses, a contar da data do fato criminoso
- c) 03 meses, a contar da ciência da autoria
- d) 03 meses, a contar da data do fato criminoso
- e) 12 meses, a contar da data do fato criminoso

44. José, Pedro e Marcelo são réus em determinado processo criminal. O Oficial de Justiça, ao tentar citar os três, certifica que José se encontra morando na Espanha, em local sabido; Pedro está morando na França, mas não se sabe seu endereço; e Marcelo reside na mesma cidade em que tramita o processo, mas está se ocultando para não receber a citação.

Neste caso, a citação de José, Pedro e Marcelo, respectivamente, deverá se dar por:

- a) carta precatória, edital, hora certa
- b) carta rogatória, carta rogatória, hora certa
- c) carta rogatória, edital, carta com aviso de recebimento
- d) carta rogatória, carta rogatória, carta com aviso de recebimento
- e) carta rogatória, edital, hora certa

45. José foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de roubo simples (pena: reclusão de 04 a 10 anos e multa). Não sendo caso de rejeição liminar, deverá o Juiz:

- a) determinar a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias

b) determinar a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 15 dias

c) determinar a citação do acusado para apresentar contestação, no prazo de 10 dias

d) designar dia e hora para audiência de instrução e julgamento, ordenando a intimação do acusado, de seu defensor, do Ministério Público e, se for o caso, do querelante e do assistente.

e) designar dia e hora para audiência preliminar, ordenando a intimação do acusado, de seu defensor, do Ministério Público e, se for o caso, do querelante e do assistente.

46. A Lei processual penal tem aplicação imediata, inclusive aos processos em curso, sem prejuízo, todavia, da validade dos atos já realizados sob a vigência da lei anterior. Tal previsão do CPP consagra o princípio:

- a) da temporalidade mitigada
- b) da atividade legal
- c) da ultratividade da lei
- d) da retroatividade benéfica
- e) do tempus regit actum

47. Como regra geral, estando o indiciado preso preventivamente, o inquérito policial deverá ser encerrado no prazo de:

- a) 10 dias, a contar da instauração do inquérito
- b) 15 dias, a contar da instauração do inquérito
- c) 10 dias, a contar da efetivação da prisão
- d) 15 dias, a contar da efetivação da prisão
- e) 30 dias, a contar da efetivação da prisão

48. José praticou o crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa); Eduardo praticou o crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa); Ricardo praticou o crime de abandono de incapaz (pena: detenção de seis meses a três anos).

Presentes os demais requisitos, será cabível a suspensão condicional do processo em favor de:

- a) José e Ricardo, apenas
- b) Ricardo, apenas
- c) José e Eduardo, apenas
- d) José, apenas
- e) José, Eduardo e Ricardo.

NOÇÕES DE CUSTAS JUDICIAIS

49. De acordo com a Lei n. 3.350/1999, havendo a cobrança indevida ou excessiva de custas ou emolumentos acarretará ao infrator

- a) restituição e multa equivalente ao dobro do valor cobrado, a ser recolhida a favor do Fundo Especial do Tribunal de Justiça – FETJ no prazo de 5 dias da ciência da decisão definitiva.
- b) restituição e multa equivalente ao triplo do valor cobrado, a ser recolhida a favor do Fundo Especial do Tribunal de Justiça – FETJ no prazo de 10 dias da ciência da decisão definitiva.
- c) além da suspensão, restituição e multa equivalente ao dobro do valor cobrado, a ser recolhida a favor do Fundo Especial do Tribunal de Justiça – FETJ no prazo de 5 dias da ciência da decisão definitiva.
- d) restituição e multa equivalente ao valor cobrado indevidamente, a ser recolhida a favor do Fundo Especial do Tribunal de Justiça – FETJ no prazo de 15 dias da ciência da decisão definitiva.
- e) além da advertência, restituição e multa equivalente ao dobro do valor cobrado, a ser recolhida a favor do Fundo Especial do Tribunal de Justiça – FETJ no prazo de 5 dias da ciência da decisão definitiva.

50. A pedido de seu Advogado, José o reembolsou por algumas despesas:

- I – R\$ 28,40 por uma certidão do cartório de registro de imóveis;
- II – R\$ 44,30 para uma intimação em um processo judicial;
- III – R\$ 180,00 para expedição de um mandado de busca e apreensão;

Com base nos itens acima, assinale a opção que trata corretamente da espécie de custas que foram recolhidas.

- a) I - Custas Judiciais; II -Custas Extrajudiciais; III - Taxa Judiciária
- b) I - Emolumentos; II - Taxa Judiciária; III - Taxa Judiciária
- c) I - Emolumentos; II – Custas Judiciais; III – Custas Judiciais
- d) I – Taxa Judiciária; II – Custas Judiciais; III – Custas Judiciais
- e) I – Custas Judiciais; II – Emolumentos; III – Taxa Judiciária.

51. Quanto ao pagamento das custas relativas às causas pertinentes aos demais Juízos de 1º grau, está incorreto o que se afirma em:

- a) antes da distribuição ou do registro, juntamente com a taxa judiciária, as devidas pelas citações ou intimações, pessoais ou postais, requeridas na petição inicial;
- b) no ato da interposição do recurso e dentro do prazo previsto pela legislação processual vigente, as devidas por atos das Secretarias dos Tribunais e despesas por porte de remessa e retorno, sob pena de deserção;
- c) se frutífera a da prática dos atos tais como penhora, arresto, sequestro, perícia, avaliação, busca, certidão, apreensão, intimações para audiências;
- d) quando houver determinação judicial, as devidas por atos dos inventariantes, leiloeiros, liquidantes, testamentários, tutores e depositários;
- e) após o cálculo, as custas devidas por ato da Serventia Judicial, quando cobradas proporcionalmente

52. De acordo com a Lei n. 3.350/99, sem prejuízo da gratuidade, quando concedida nos termos da lei federal ou estadual, as custas e a taxa judiciária, quando devidas, serão pagas ao final, exceto

- a) na ação popular, ao autor, salvo se comprovada a má-fé;
- b) nos litígios relativos a acidentes do trabalho;
- c) na ação civil pública, bem como nas ações coletivas regidas pelo Código de Defesa do Consumidor;
- d) nas ações penais públicas e nas subsidiárias da pública, em caso de condenação;
- e) nas ações penais privadas, propostas nos termos do art. 32 do Código de Processo Penal, em casos de condenação.

53. De acordo com o Decreto-Lei n. 05/1975, assinale a opção correta.

- a) A Taxa Judiciária incide sobre os serviços de atuação dos magistrados, dos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, em qualquer procedimento judicial, e será devida, conforme o caso, por aqueles que recorrerem à Justiça Estadual, perante qualquer Juízo ou Tribunal, pelo interessado na prática do ato.
- b) Ressalvadas as hipóteses expressamente previstas no DL 05/75, a taxa judiciária será calculada à razão de 2% sobre o valor do pedido, ainda que seja este diverso do valor da causa fixado para fins processuais.
- c) Considera-se como valor do pedido, para fins do DL 05/75, a soma do principal, juros, multas e quaisquer vantagens pretendidas pelas partes, salvo honorários.
- d) Nas execuções fiscais, a taxa será de 2% sobre o valor total do débito, na data de sua liquidação.
- e) Nas ações relativas à posse e nos embargos de terceiros, a taxa será calculada somente ao final.

54. Nas hipóteses em que as custas possam ser pagas após a distribuição, esta

- a) será sobrestada se o feito não for preparado no prazo de 15 dias.
- b) será cancelada se o feito não for preparado no prazo de 15 dias.
- c) será suspensa se o feito não for preparado no prazo de 15 dias.
- d) será cancelada se o feito não for preparado no prazo de 5 dias.
- e) será sobrestada se o feito não for preparado no prazo de 5 dias.

CODJERJ, CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

55. Conforme o Decreto-Lei nº 220 de 18 de julho de 1975 que trata do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, o direito de requerer prescreverá:

- a) em 5 (cinco) anos, quanto aos atos puníveis com demissão
- b) em 4 (quatro) anos quanto aos atos puníveis com cassação de aposentadoria
- c) em 3 (três) anos quanto à disponibilidade
- d) em 2 (dois) anos quanto às questões que envolvam direitos patrimoniais
- e) em 180 (cento e oitenta) dias, nos demais casos.

56. Conforme o Decreto-Lei nº 220 de 18 de julho de 1975 que trata do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, são deveres do funcionário:

- a) referir-se de modo depreciativo, em informação, parecer ou despacho, às autoridades e atos da Administração Pública, ou censurá-los, pela imprensa ou qualquer outro órgão de divulgação pública, podendo, porém, em trabalho assinado, criticá-los, do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço;
- b) retirar, modificar ou substituir livro ou documento de órgão estadual, com o fim de criar direito ou obrigação, ou de alterar a verdade dos fatos, bem como apresentar documento falso com a mesma finalidade;
- c) valer-se do cargo ou função para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função pública;
- d) coagir ou aliciar subordinados com objetivo de natureza partidária;
- e) guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenha conhecimento em razão do cargo ou função;

57. Conforme o Decreto-Lei nº 220 de 18 de julho de 1975 que trata do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro são competentes para aplicação de penas disciplinares:

- I - o Governador, em qualquer caso e, privativamente, nos casos de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e suspensão até 30 (trinta) dias.
- II - os Secretários de Estado e demais titulares de órgãos diretamente subordinados ao Governador em todos os casos, exceto nos de competência privativa do Governador;
- III - os dirigentes de unidades administrativas em geral, nos casos de penas de advertência, repreensão, suspensão até 90 (noventa) dias e multa correspondente.

Assinale a alternativa que indica as assertivas corretas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I e III
- d) Apenas II
- e) Apenas I

58. Conforme o Decreto nº 2.479, de 08 de março de 1979 que regulamenta o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro o concurso público objetivará avaliar:

- I – o conhecimento e a qualificação profissionais, mediante provas ou provas e títulos;
- II – as condições de sanidade físico-mental;
- III – o desempenho das atividades do cargo, inclusive as condições psicológicas do candidato, mediante estágio experimental.

Estão corretos os itens apresentados em:

- a) I e II.
- b) II.
- c) I, II e III.
- d) I e III.
- e) II e III.

59. Conforme o Decreto nº 2.479, de 08 de março de 1979 que regulamenta o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro assinale a alternativa incorreta no que diz respeito à transferência:

- a) A transferência poderá ser feita de cargo de Administração Direta para outro da autárquica, ou reciprocamente; e de um para outro cargo de quadros diferentes da mesma entidade.
- b) Quando se tratar de cargo de classe inicial de série de classes, a transferência não poderá ser feita para cargo vago destinado a provimento por concurso já aberto.
- c) A transferência será feita a pedido do funcionário, atendidos o interesse e a conveniência da Administração.
- d) A transferência interromperá o exercício para efeito de adicional por tempo de serviço.
- e) Não poderá ser transferido o funcionário que não tenha adquirido estabilidade

60. Conforme o Decreto nº 2.479, de 08 de março de 1979 que regulamenta o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro a vacância decorrerá de:

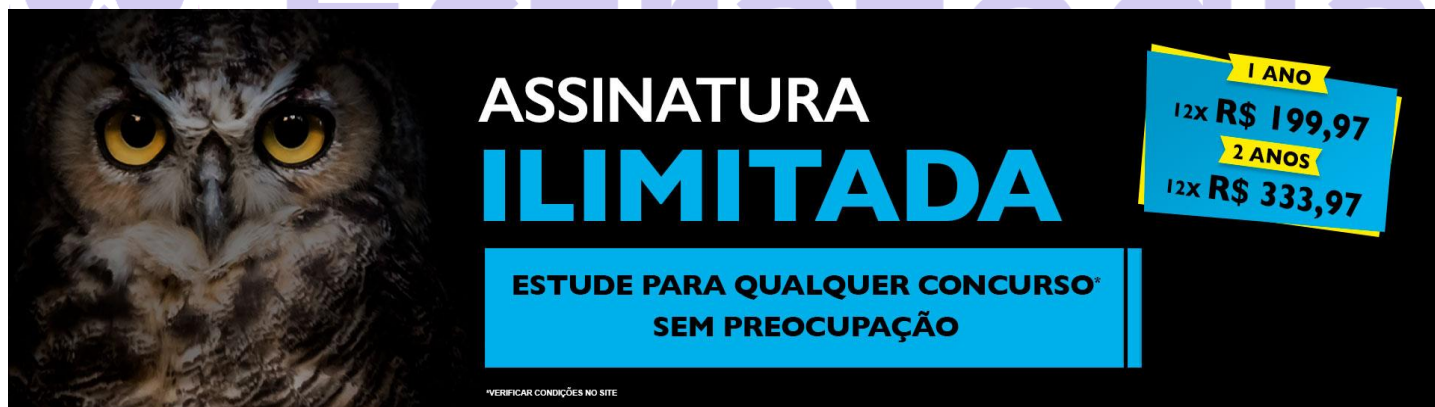
- a) nomeação
- b) reversão
- c) promoção
- d) acesso
- e) dispensa

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-Judiciário-19-01>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE